

Racional Engenharia Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço Patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11
Anexo - Informação suplementar às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016	44



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Cotistas da

Racional Engenharia Ltda.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Racional Engenharia Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Racional Engenharia Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Anexo “Informações suplementar às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017” que compreende a “Demonstração do valor total dos contratos de construção executados sob a responsabilidade da Empresa”.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a “Demonstração do valor total dos contratos de construção executados sob a responsabilidade da Empresa” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse anexo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras nossa responsabilidade é a de ler o Anexo “Informação suplementar às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017” e, ao fazê-lo, considerar se esse Anexo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Anexo “Informação suplementar às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017”, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

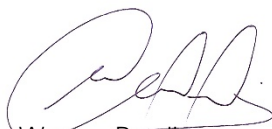
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Racional Engenharia Ltda.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2017	2016	Passivos	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.265	15.145	Fornecedores	14.a	9.387	20.789
Aplicações financeiras	5	34.444	60.849	Obrigações trabalhistas e sociais	12	13.767	16.714
Contas a receber de clientes	6	20.926	53.553	Passivo fiscal corrente	13	3.189	6.480
Adiantamentos a fornecedores	14.b	10.746	10.893	Adiantamentos de clientes	15	31.592	43.034
Ativo fiscal corrente	7	1.815	572	Provisão para garantia de obras	16	7.602	5.601
Conta corrente a receber de partes relacionadas	24	-	91	Outras contas a pagar		<u>1.216</u>	<u>1.442</u>
Outros créditos	8	<u>722</u>	<u>595</u>				
Total do ativo circulante		<u>70.918</u>	<u>141.698</u>	Total do passivo circulante		<u>66.753</u>	<u>94.060</u>
Contas a receber de clientes	6	381	1.140	Obrigações trabalhistas e sociais	12	1.914	1.914
Depósitos judiciais	17	1.845	1.855	Fornecedores	14	2.748	1.248
Ativo fiscal diferido	9	12.865	5.806	Provisão para contingências	17	3.652	2.984
Outros créditos	8	<u>398</u>	<u>2.391</u>	Provisão para garantia de obras	16	805	-
Total do realizável a longo prazo		<u>15.489</u>	<u>11.192</u>	Benefícios a funcionários	18	3.877	2.699
Investimentos		85	85	Outras contas a pagar		<u>172</u>	<u>-</u>
Imobilizado	10	762	964	Total do passivo não circulante		<u>13.168</u>	<u>8.845</u>
Intangível	11	<u>7.755</u>	<u>8.378</u>	Total do passivo		<u>79.921</u>	<u>102.905</u>
Total do ativo não circulante		<u>24.091</u>	<u>20.619</u>	Patrimônio líquido	19		
				Capital social		21.615	21.615
				Ajuste de avaliação patrimonial		(1.312)	(581)
				(Prejuízos) Lucros acumulados		<u>(5.215)</u>	<u>38.378</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>15.088</u>	<u>59.412</u>
Total do ativo		<u>95.009</u>	<u>162.317</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>95.009</u>	<u>162.317</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Racional Engenharia Ltda.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	20	279.542	439.972
Custos dos serviços prestados	21	<u>(262.151)</u>	<u>(388.028)</u>
Lucro bruto		<u>17.391</u>	<u>51.944</u>
Despesas administrativas e comerciais	21	(42.147)	(42.514)
Depreciações	10	(310)	(437)
Amortizações	11	(953)	(1.487)
Outras receitas		<u>384</u>	<u>121</u>
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		<u>(25.635)</u>	<u>7.627</u>
Receitas financeiras	22	6.356	9.359
Despesas financeiras	22	<u>(1.169)</u>	<u>(1.424)</u>
Receitas financeiras líquidas		<u>5.187</u>	<u>7.935</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(20.448)</u>	<u>15.562</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	-	(4.216)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	<u>7.060</u>	<u>509</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		<u><u>(13.388)</u></u>	<u><u>11.855</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Racional Engenharia Ltda.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(13.388)	11.855
Remensuração do passivo de benefício definido	18	<u>(731)</u>	<u>(725)</u>
Resultado abrangente total		<u><u>(14.119)</u></u>	<u><u>11.130</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Racional Engenharia Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de janeiro de 2016		<u>21.615</u>	<u>144</u>	<u>27.496</u>	<u>49.255</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	11.855	11.855
Perdas sobre as obrigações atuariais	18	-	(725)	-	(725)
Dividendos distribuídos	19	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(973)</u>	<u>(973)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016		<u><u>21.615</u></u>	<u><u>(581)</u></u>	<u><u>38.378</u></u>	<u><u>59.412</u></u>
Prejuízo do exercício		-	-	(13.388)	(13.388)
Perdas sobre as obrigações atuariais	18	-	(731)	-	(731)
Dividendos distribuídos	19	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(30.205)</u>	<u>(30.205)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017		<u><u>21.615</u></u>	<u><u>(1.312)</u></u>	<u><u>(5.215)</u></u>	<u><u>15.088</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Racional Engenharia Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos		(20.448)	15.562
Ajustes para:			
Depreciações	10	310	437
Amortizações	11	953	1.487
Despesas financeiras e de financiamentos	22	-	456
Juros sobre aplicações financeiras	22	(5.868)	(8.429)
Constituição de provisão para garantia em obras	16	2.806	3.999
Provisão para benefício a empregados	18.b	447	243
Baixa / perda na venda de imobilizado e intangível	10	29	3
Constituição / Reversão de contingências	17.b	3.111	174
		(18.660)	13.932
Variações em:			
(Aumento) Redução dos ativos			
Contas a receber de clientes	6	33.386	(13.917)
Ativo fiscal corrente	7	(1.242)	5.012
Adiantamentos a fornecedores		147	(9.137)
Depósitos judiciais	17(a)	10	(12)
Outros créditos		1.866	(170)
Aumento (Redução) dos passivos			
Fornecedores	14	(9.902)	3.173
Adiantamentos de clientes	15	(11.442)	(25.469)
Obrigações trabalhistas e sociais	12	(2.947)	(862)
Passivo fiscal corrente	13	(3.291)	2.090
Outras contas a pagar		(54)	719
		(12.129)	(24.641)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais			
Pagamento de contingências	17.b	(2.443)	(2.276)
Impostos pagos sobre o lucro		-	(6.268)
Juros pagos		-	(456)
		(14.572)	(33.641)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais			
		(14.572)	(33.641)
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras		32.273	41.036
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de bens intangíveis	10 e 11	(520)	(164)
Conta corrente a receber de partes relacionadas	24	91	(91)
Caixa proveniente da alienação de imobilizado		53	-
		31.897	40.781
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento			
		31.897	40.781
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos		-	(741)
Dividendos distribuídos	19.b	(30.205)	(973)
		(30.205)	(1.714)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento			
		(30.205)	(1.714)
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa		(12.880)	5.426
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		15.145	9.719
		2.265	15.145
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		2.265	15.145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais

1 Contexto operacional

A Racional Engenharia Ltda. ("Empresa") está sediada em São Paulo - SP e tem como atividade o gerenciamento e a execução de obras de construção civil, atuando predominantemente como construtora.

A Empresa pertence ao Grupo Racional, sendo controlada pela Racional Participações S.A.

No ano 2017 o principal motivo pelo prejuízo foi a quebra da margem de um contrato de Administração com Preço Máximo Garantido (PMG). Neste contrato, ocorreu constantes mudanças e indefinições por conta do cliente e, conseqüentemente, perda de performance de fornecedores, tendo alguns deles apresentando problemas financeiros ao ponto de não concluir o escopo contratado, gerando atrasos e aumento significativo de custo do projeto. Em menor escala, também contribuiu para o resultado de 2017 a decisão de manter o *overhead* da Empresa diante da redução de receita por conta da piora no mercado de construção civil. A Empresa projeta um cenário favorável nos próximos exercícios, tendo inclusive firmado 2 novos contratos de grande porte..

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Empresa em 04 de abril de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** - provisão para crédito de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 9** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 10** - definição de vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 11** - definição de vida útil do ativo intangível e recuperabilidade do ágio;
- **Nota explicativa nº 16** - provisão para garantia de obras;
- **Nota explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências;
- **Nota explicativa nº 18** - mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais;
- **Nota explicativa nº 20** - reconhecimento e mensuração de receita de contratos de construção e, receita de comissão: determinação se a Empresa atua como agente na transação ou como principal.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

A receita operacional é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais concedidos.

(i) Contratos por empreitada

Para os contratos de construção nesta modalidade, a receita é reconhecida pela apuração do percentual do custo incorrido de obra, em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre a receita reconhecida, ajustada segundo as condições dos contratos de construção (POC - Percentual de Obra Completada).

Quando os resultados de um contrato de empreitada não podem ser estimados com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos cuja recuperação seja provável.

As variações nos custos com mão de obra, reclamações e pagamentos de incentivos estão incluídas até o ponto em que esses custos possam ser mensurados com confiabilidade e seu recebimento seja provável.

Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

Os montantes da receita apropriadas, líquido das parcelas já recebidas, são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável. Adicionalmente, também são registrados como adiantamento de clientes os valores recebidos antes do início da execução dos contratos.

(ii) Contrato por administração

Para os contratos no qual a Empresa é reembolsada pelos custos projetados e aprovados pelas partes - ou de outra forma definidos - acrescido de percentual (taxa de administração) sobre tais custos ou por remuneração fixa pré-determinada, a receita é reconhecida com base nos custos incorridos até a data das demonstrações financeiras. A Empresa atua como agente ao invés de principal na transação de contrato por administração, a receita reconhecida é o valor líquido da transação recebida pela Empresa.

(iii) *Contratos mistos*

Determinados contratos preveem que o cliente irá fornecer determinados materiais a serem aplicados na obra, através da contratação direta de fornecedores. Nesses casos, para apuração do percentual do custo incorrido de obra, em relação ao seu custo total orçado, os custos desses materiais adquiridos diretamente pelo cliente não são considerados como custo incorrido e não estão incluídos no custo total orçado, para fins de determinação do POC (Percentual de Obra Completada), o qual é utilizado para fins de apuração da receita que efetivamente será apropriada e recebida pela Empresa. Da mesma forma, essa parcela também não inclui a base de determinação da receita reconhecida.

(iv) *Contrato pré construção*

Nesta modalidade, a Empresa faz o acompanhamento dos projetos, desenvolvidos a partir dos programas de Arquitetura e disciplinas complementares, e pelo gerenciamento da equipe de projetistas. Dessa forma são iniciados o planejamento e a execução da construção, que inclui a administração de toda a cadeia produtiva envolvida na obra, visando atender às expectativas assumidas quanto à otimização da qualidade, prazo e custos finais. Atuando desde a origem da etapa de pré-construção até o início da execução da construção do projeto.

Para os contratos desta modalidade a Empresa é reembolsada pelos custos projetados e aprovados pelas partes - ou de outra forma definidos - acrescido de percentual (taxa de administração) sobre tais custos ou por remuneração fixa pré-determinada, a receita é reconhecida com base nos custos incorridos até a data das demonstrações financeiras.

b. *Benefícios a empregados*

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Empresa outorga determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego a funcionários. Esses benefícios são financiados em regime de caixa. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações, compreendendo ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas imediatamente nas demonstrações financeiras, com correspondente débito ou crédito a em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. As mensurações não são reclassificadas ao resultado em períodos subsequentes.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Empresa reconhece as seguintes variações na obrigação de benefício definido líquido na demonstração do resultado (por função):

- Custos de serviço, compreendendo custos circulantes com serviços, custos com serviços passados, ganho e perdas advindas de redução significativa da expectativa do tempo de trabalho e liquidações não usuais; e
- Despesas ou receitas com juros líquidos;

O custo de planos de benefícios de assistência médica pós-emprego é determinado utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros e taxas de mortalidade. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros de debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação do benefício definido. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um *spread* de crédito excessivo são excluídos da população de títulos que são utilizados para identificar a taxa de juros. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no Brasil.

c. Receitas e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente os juros ativos e passivos oriundos, respectivamente, de aplicações financeiras e financiamentos. As receitas e despesas financeiras de atualização de contratos são ajustados pelo Índice Nacional da Construção Civil (INCC). As despesas e receitas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesa de Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesa de Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

e. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos em caixa, depósitos à vista e contas correntes remuneradas, sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Empresa na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

f. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que a Empresa não consideraria em condições normais;

- Indicativos de que o devedor ou o emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou dos emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Empresa considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Empresa considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, exceto ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro-rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h. Intangível

Ágio

O ágio possui como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura e é oriundo de operação realizada em período anterior à adoção dos CPCs para a elaboração das demonstrações financeiras, para o qual adotou-se como política contábil manter os mesmos critérios utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras anteriores deixando, a partir de então, de ser amortizado.

Consequentemente, o ágio passou a ser testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Se perdas acumuladas por *impairment* forem identificadas, serão reconhecidas sobre ágio e não serão revertidas. O ágio está apresentado pelo seu valor de custo menos a amortização realizada até 31 de dezembro de 2008, data de transição para os CPCs.

Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos. A amortização é reconhecida no resultado.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Provisão para garantias de obras

Até o exercício de 2016, a Racional Engenharia provisionava passivos de obras exclusivamente com base na estimativa de gastos das obras em garantias (SAC) para o próximo exercício, realizada anualmente pela área de qualidade da empresa. A partir de 2017, a empresa definiu uma provisão complementar para as obras iniciadas no exercício, a título de contingência dos gastos com garantia de obras (SAC) e passivos trabalhistas e cíveis. O valor da provisão complementar é calculado com base na média histórica dos gastos com garantia de obras (SAC) e passivos trabalhistas e cíveis dos últimos 3 exercícios, e representa 0,6% da Receita Equivalente.

j. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os sócios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa quando estabelecido em reunião de sócios quotistas, uma vez que não existe previsão de pagamento de dividendo mínimo obrigatório.

k. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

l. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação preliminar, a Empresa não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos e financiamentos que são mensurados a valor justo.

O CPC 38 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Administração da Empresa avaliou a norma e, em virtude do atual estágio das análises que envolve uma adaptação no sistema de gestão, não foi possível estimar de forma razoavelmente confiável qual o impacto a ser considerado em função dessa mudança. Entretanto, não deve ser significativa, uma vez que o risco de crédito de suas contas a receber é baixo.

(ii) CPC 47 - Receita de contrato com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, entre outras.

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bem ou serviços para um cliente.

As 5 etapas são: 1) identificar os contratos com o cliente; 2) identificar as obrigações de desempenho do contrato; 3) determinar o preço da transação; 4) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho do contrato; e 5) reconhecer a receita quando (ou na medida que) a entidade satisfaz as obrigações de desempenho.

A receita contratual inclui atualmente o valor inicial acordado no contrato mais quaisquer alterações no trabalho contratado, pleitos e pagamentos de incentivos, à medida em que seja provável que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Quando um pleito ou alteração é reconhecida, a medição do progresso do contrato ou do preço do contrato é revista e a posição acumulada do contrato é reavaliada em cada período de relatório.

Segundo o CPC 47, pleitos e alterações serão incluídas na contabilização do contrato quando aprovados.

Até o momento, com base em sua avaliação, a Empresa não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas CPC 30 em relação ao reconhecimento da receita. Contudo espera-se que as notas explicativas às demonstrações financeiras venham a ser ampliadas.

A Empresa não adotou antecipadamente essa norma. A Administração da Empresa avaliou a norma e seus impactos e entende que a aplicação deste pronunciamento não irá gerar impacto significativo nas suas demonstrações financeiras, sejam elas no resultado do exercício, bem como em seu patrimônio líquido.

(iii) CPC 06 (R2) (Arrendamentos)

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019 e não deve trazer um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A Empresa ainda está estudando qual será seu modelo de transição, mas inicialmente pretende aplicar a o CPC 06 (R2), usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Empresa não é obrigado a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	45	37
Depósitos à vista	242	168
Conta corrente (remunerada)	<u>1.978</u>	<u>14.940</u>
	<u>2.265</u>	<u>15.145</u>

Os saldos de caixa e depósitos bancários compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis em conta corrente, respectivamente.

5 Aplicações financeiras

Instituição financeira	Taxa de juros média a.a. %	2017	2016
Banco Santander S.A.	101	10.546	16.948
Banco Votorantim S.A.	101 a 102	2.832	11.565
Banco Safra	100 a 102	15.497	-
Banco Itaú S.A.	100 a 102	2.047	-
Caixa Econômica Federal	100 a 101	<u>3.522</u>	<u>32.336</u>
		<u>34.444</u>	<u>60.849</u>

A movimentação do saldo de aplicações financeiras está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	60.849
Adição	174.652
Resgates	(206.925)
Rendimentos	<u>5.868</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	34.444

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDBs e fundos de renda fixa, remunerados à taxa média de 100% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas na demonstração financeira dos fluxos de caixa como atividade operacional. Novas captações e resgates dessas aplicações financeiras são consideradas na demonstração dos fluxos de caixa das atividades de investimento.

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2017	2016
Clientes	18.316	49.629
Cauções de clientes (a)	<u>2.991</u>	<u>5.064</u>
	<u>21.307</u>	<u>54.693</u>
Circulante	20.926	53.553
Não circulante	381	1.140

A composição do saldo de contas a receber por tipo de contrato está demonstrada a seguir:

Contratos por administração	7.262	13.936
Contratos por empreitada	13.709	40.757
Contratos pré-construção	336	-
	<u>21.307</u>	<u>54.693</u>

O saldo de contas a receber de clientes por serviços executados e faturados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	2017	2016
A vencer	19.030	37.613
Vencidas		
De 61 a 90 dias	-	340
	<u>19.030</u>	<u>37.953</u>
Serviços faturados	19.030	37.953
Serviços a faturar (a vencer)	2.277	16.740
	<u>21.307</u>	<u>54.693</u>

Em 2017 e 2016, a Empresa não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa, devido a Empresa não apresentar historicamente perdas sobre os valores em atraso.

7 Ativo fiscal corrente

	2017	2016
CSLL a recuperar	212	13
IRPJ a recuperar	1.511	6
Retenção do INSS sobre faturamento a recuperar	92	549
Outros	-	4
	<u>1.815</u>	<u>572</u>

8 Outros créditos

	2017	2016
Consócio MCT (nota explicativa 24 d.)	335	2.329
Consócio Estádio (nota explicativa 24 d.)	62	62
Valor a recuperar fornecedores	334	324
Adiantamento a funcionários	110	47
Outros	279	224
	<u>1.120</u>	<u>2.986</u>
Circulante	722	595
Não circulante	398	2.391

9 Ativo fiscal diferido

	2017	2016
Adições temporárias na determinação do lucro real		
Provisão para contingências	3.652	2.984
Provisão para garantia de obras	8.407	5.601
Participação nos lucros e resultados	6.963	9.106
Provisão para despesas administrativas	234	82
Provisão participação nos lucros - incentivo a longo prazo	1.914	1.914
Provisão para contingências trabalhistas - CLRV	133	127
Provisão para contingências cíveis - CLRV	25	22
Provisão para tributos não recuperáveis	180	-
Benefícios a funcionários	3.877	2.699
Outras contas a pagar	1.122	1.195
Prejuízo fiscal acumulado	17.987	-
Exclusão temporária na determinação do lucro real		
Amortização fiscal do ágio	(6.655)	(6.655)
 Total de adições temporárias, líquidas	 37.839	 17.075
Alíquota nominal - %	34	34
 Imposto de renda e contribuição social diferidos	 12.865	 5.806
 No resultado do exercício (nota explicativa nº 23)	 7.060	 509

Composição dos ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis as diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens:

	2017	2016
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL acumulados	-	818

10 Imobilizado

Movimentação do imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2017			2016	
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	106	(94)	12	19
Móveis e utensílios	10	2.854	(2.358)	496	431
Equipamentos de informática	20	3.511	(3.465)	46	196
Veículos	20	-	-	-	44
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	1.240	(1.032)	208	274
 Total		 7.711	 (6.949)	 762	 964

Racional Engenharia Ltda.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo						
Em 01 de janeiro de 2016	104	2.607	3.846	76	1.240	7.873
Adições	-	98	13	-	-	111
Baixas	-	(7)	-	-	-	(7)
Em 31 de dezembro de 2016	104	2.698	3.859	76	1.240	7.977
Adições	2	169	6	-	-	177
Baixas	-	(13)	(354)	(76)	-	(443)
Em 31 de dezembro de 2017	106	2.854	3.511	-	1.240	7.711
Depreciação acumulada						
Em 01 de janeiro de 2016	(76)	(2.169)	(3.416)	(17)	(901)	(6.579)
Adições	(9)	(101)	(247)	(15)	(65)	(437)
Baixas	-	3	-	-	-	3
Em 31 de dezembro de 2016	(85)	(2.267)	(3.663)	(32)	(966)	(7.013)
Adições	(9)	(99)	(136)	-	(66)	(310)
Baixas	-	8	334	32	-	374
Em 31 de dezembro de 2017	(94)	(2.358)	(3.465)	-	(1.032)	(6.949)
Valor contábil líquido						
Em 1º de janeiro de 2016	28	438	430	59	339	1.294
Em 31 de dezembro de 2016	19	431	196	44	274	964
Em 31 de dezembro de 2017	12	496	46	-	208	762

11 Intangível

	2017			2016
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio na aquisição de cotas (*)		8.873	(2.218)	6.655
Software	20	10.897	(9.797)	1.100
		<u>19.770</u>	<u>(12.015)</u>	<u>7.755</u>
				<u>8.378</u>

(*) Em 9 de setembro de 2007, a Racicorp, antiga controladora da Empresa, adquiriu 10% das cotas da Empresa, anteriormente pertencentes a sócios pessoas físicas. A referida operação gerou um ágio de R\$ 8.873 e possui como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. A partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2009, a amortização contábil sistemática do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) cessou completamente, permanecendo apenas a aplicação do teste anual de recuperação. Em 30 de novembro de 2011, a Racicorp cindiu a totalidade do ágio registrado naquela empresa, o qual foi incorporado pela Racional Engenharia, conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes, a valor contábil.

A movimentação do intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	Software	Ágio Invest. Racional Engenharia	Total
Custo			
Em 01 de janeiro de 2016	10.514	8.873	19.387
Adições	53	-	53
Em 31 de dezembro de 2016	10.567	8.873	19.440
Adições	343	-	343
Baixas	(13)	-	(13)
Em 31 de dezembro de 2017	10.897	8.873	19.770
Amortização acumulada			
Em 01 de janeiro de 2016	(7.357)	(2.218)	(9.575)
Adições	(1.487)	-	(1.487)
Em 31 de dezembro de 2016	(8.844)	(2.218)	(11.062)
Adições	(953)	-	(953)
Em 31 de dezembro de 2017	(9.797)	(2.218)	(12.015)
Valor contábil líquido			
Em 01 de janeiro de 2016	3.157	6.655	9.812
Em 31 de dezembro de 2016	1.723	6.655	8.378
Em 31 de dezembro de 2017	1.100	6.655	7.755

Teste de perda do valor recuperável

A Empresa avaliou a recuperação do valor contábil do ágio utilizando o conceito do “Valor em Uso”, por meio de modelos de fluxo de caixa descontado. Para fins desse teste o ágio foi alocado nas atividades da Empresa por se tratar da UGC.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa são baseadas nas melhores estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam os mesmos. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo médio ponderado de capital (WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada até 2022. A Administração julgou apropriada a utilização deste período com base em sua experiência passada em elaborar com precisão projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 4 anos foi de 12% em médio ao ano em valores nominais. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de 13,25% ao ano, também em valores nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- As receitas foram projetadas tendo como base o cenário de projetos contratados e a contratar no período de 2018 a 2021. Para o exercício de 2018, foi utilizada como premissa a projeção das obras já contratadas (Backlog), somadas às propostas emitidas e/ou em fase de negociação com os clientes, com base em dezembro de 2017, probabilizadas pelo êxito. Na projeção do exercício de 2018, foi considerado um crescimento da receita em função da conversão de relevantes projetos de pré-construção em obras. Nos demais anos a empresa projetou um crescimento linear com base no planejamento estratégico da empresa com a entrada de obras de infraestrutura.
- Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Empresa, bem como, com o crescimento previsto das receitas.
- Investimentos de capital: Para suportar o crescimento, a Administração projeta investimentos de aproximadamente R\$ 200 ao ano. Os investimentos corresponderam à estimativa da Administração.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Empresa e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções de mercado.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos mencionados acima da Empresa, elaborado sobre as projeções realizadas sobre as Demonstrações Financeiras, perspectivas de crescimento a época e acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

12 Obrigações trabalhistas e sociais

	2017	2016
Salários e ordenados	3	-
Participação nos lucros e resultados	6.963	9.106
Contribuição à Previdência Social	172	213
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	402	492
Férias e encargos correspondentes	5.498	6.670
Plano de incentivo de remuneração a longo prazo	1.914	1.914
Outros encargos sociais a recolher	729	233
	<u>15.681</u>	<u>18.628</u>
Circulante	13.767	16.714
Não circulante	1.914	1.914

Em 2017, foi provisionada participação nos lucros de R\$ 6.963 (R\$ 9.106 em 2016), calculada com base na política de participação dos lucros e resultados, que abrange todos os funcionários da empresa, contabilizada como "Despesas administrativas e comerciais".

13 Passivo fiscal corrente

	2017	2016
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recolher	660	1.584
Programa de Integração Social (PIS) a recolher	143	341
Imposto Sobre Serviços (ISS) a recolher	887	1.225
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a recolher	-	770
Contribuição Previdenciária s/Rec. Bruta a Recolher	-	2.219
Outros impostos a recolher	1.499	341
	<u>3.189</u>	<u>6.480</u>

14 Fornecedores e adiantamentos

a. Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores	7.911	14.555
Cauções e Retenções (*)	4.224	7.482
	<u>12.135</u>	<u>22.037</u>
Circulante	9.387	20.789
Não circulante	2.748	1.248

(*) O saldo de cauções e retenções, refere-se a contratos de fornecimento, a Empresa prevê a retenção de valores para liberação em prazos posteriores ao do término das obras correspondentes, como garantia de que os fornecedores cumprirão com compromissos pós obra perante a Empresa e esta perante os clientes. A caução é constituída através da aplicação de percentual sobre o valor da mão de obra descrita no contrato do fornecedor.

b. Adiantamento a fornecedores

	2017	2016
Equipamentos para instalações elétricas e hidráulicas	10.230	10.892
Adiantamento para Importação	292	-
Elevadores	216	-
Outros	9	1
	<u>10.746</u>	<u>10.893</u>

15 Adiantamentos de clientes

	2017	2016
Parcela recebida em montante superior a receita reconhecida pela evolução da obra	15.107	19.715
Parcela recebida no início dos contratos	16.461	9.236
Adiantamentos recebidos para custos a serem incorridos	24	14.083
	<u>31.592</u>	<u>43.034</u>

16 Provisões para garantia de obras

A movimentação na provisão pode ser assim apresentada:

	2017	2016
No início do exercício	5.601	1.602
Complemento de provisão	2.806	3.999
	<u>8.407</u>	<u>5.601</u>
No fim do exercício	7.602	5.601
Circulante	805	-
Não circulante	-	-

Os gastos incorridos no exercício são registrados diretamente no resultado do exercício, sendo a provisão ajustada ao final de cada exercício para refletir a estimativa dos gastos com reparos durante o período de garantia remanescente.

17 Provisão para contingências

c. Depósitos judiciais

	2017	2016
Trabalhistas	5	3
Cíveis	13	25
Tributárias (*)	1.827	1.827
	<u>1.845</u>	<u>1.855</u>

- (*) A Empresa efetuou depósito judicial de R\$ 1.827 em 23 de junho de 2008, que suspendeu a exigibilidade do crédito tributário vinculado a processo administrativo no qual é cobrado suposto crédito tributário de PIS referente a fatos geradores ocorridos no período de janeiro de 1997 a setembro de 1998.

d. Provisões para contingências

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Empresa, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2017	2016
Trabalhistas	2.905	1.354
Cíveis	747	762
Outras contingências	-	868
	<u>3.652</u>	<u>2.984</u>

A provisão é constituída para os processos cuja avaliação dos riscos, corroborada pelos assessores jurídicos da Empresa, indica probabilidade de perda provável.

Abaixo segue movimentação da provisão para os exercícios de 2017 e 2016:

	2017	2016
No início do exercício	2.984	5.086
Constituição de provisões	3.993	627
Reversão de provisões	(882)	(453)
Pagamentos realizados	(2.443)	(2.276)
No fim do exercício	<u>3.652</u>	<u>2.984</u>

Contingências não provisionadas avaliadas como perda possível.

A Empresa possui outras contingências de naturezas trabalhista, cíveis e tributárias, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização, conforme apresentado a seguir:

	2017	2016
Trabalhistas	52.187	38.065
Cíveis	25.109	6.798
Tributárias	2.534	2.398
	<u>79.830</u>	<u>47.261</u>

No que se refere às contingências trabalhistas e previdenciárias, estas se devem principalmente ao aumento substancial de pleitos relacionados a ex-colaboradores, bem como casos em que a Empresa responde subsidiária ou solidariamente com prestadoras de serviços terceirizados, algo pertinente ao segmento de negócios da Empresa.

A principal demanda judicial cível da Empresa que possui probabilidade de perda possível, segundo a opinião dos seus consultores jurídicos, e, por essa razão, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, corresponde à ação indenizatória movida por consórcio constituído para a 2ª fase da obra o Estádio Olímpico João Havelange na cidade do Rio de Janeiro-RJ, onde o autor da ação pleiteia a restituição de valores despendidos na realização das obras de reparo realizadas, alegando que o projeto de engenharia inicial para construção apresentava falhas que seriam de reponsabilidade da Racional e dos demais réus envolvidos, originalmente contratados pelo Município para realizar as obras do Estádio, sendo o valor da contingência no montante de R\$ 18.891.227,16 em 31 de dezembro de 2017 (sem elementos para apuração do valor em 31 de dezembro de 2016).

A principal demanda tributária da Empresa que possui probabilidade de perda possível, refere-se a autuação pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) no montante de R\$ 972.355,03 (R\$ 924.264,69 em 31 de dezembro de 2016) por supostas pendências de recolhimento de PIS Faturamento do período de 01/1998 a 03/1998, atualmente a ação administrativa encontra-se pendente de julgamento do recurso voluntário no CARF-DF em Brasília.

18 Benefícios a empregados

a. Plano de benefícios pós-emprego

A Empresa reconhece provisão para benefício pós-emprego relacionada a plano de assistência médica. O passivo líquido registrado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 3.877, classificados no passivo não circulante (R\$ 2.699 em 2016).

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33.

b. Saldo das obrigações dos gastos com benefícios pós-emprego, calculados por atuários independentes, apresenta a seguinte movimentação

A atualização das obrigações foi registrada no resultado do exercício. A despesa líquida com o plano de assistência médica concedida a empregados, para os exercícios de 2017 e 2016, de acordo com cálculos atuariais realizados por atuários independentes, inclui os seguintes componentes:

Atualização das provisões	Plano de assistência Concedido 2017	Plano de assistência Concedido 2016
Custo no período relativo à atualização Provisões	447	243
Saldo anterior	2.699	1.731
Custo do benefício definido		
Custo do serviço corrente	144	17
Custo dos juros	303	226
Perdas atuariais	731	725
	<hr/>	<hr/>
Custo líquido no período relativo às despesas líquidas com plano	<u>3.877</u>	<u>2.699</u>

c. Premissas atuariais

As principais premissas adotadas no cálculo foram as seguintes:

Modalidade			Premissa atual
Financeiras			
Fator de capacidade para benefícios			100 %
Taxa esperada de inflação - LP			4,50 %
Taxa nominal de desconto atuarial			5,27%
Taxa nominal de crescimento dos custos médicos - Inflação Médica			3,00%
Taxa real de crescimento dos custos médicos por faixa etária - Aging Factor			1,02%
Probabilidade de permanência no plano médico após aposentadoria			17,10%
Biométricas			
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M/F		AT-2000 M/F
Tábua de mortalidade de inválidos	N/A		N/A
Tábua de entrada em invalidez	N/A		N/A
Taxa de Rotatividade (Término de vínculo empregatício)	Nota 1		Nota 1
Entrada em aposentadoria	Nota 2		Nota 2

- (i) A tábua de rotatividade adotada reflete a taxa de: 29% (Tempo de serviço + 1) aplicada ao perfil demográfico da Empresa.
- (ii) A entrada em aposentadoria é de 60 anos (55 anos em 2015) para ambos os sexos e 10 anos de Empresa.

Análise de sensibilidade

- (i) Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas

Taxa	Total da obrigação	Variação
Real	3.877	-
Aumento +1%	3.427	(12%)
Redução -1%	4.385	13%

- (ii) Sensibilidade da inflação média sobre as obrigações calculadas

Taxa	Total da obrigação	Variação
Real	3.877	-
Aumento +1%	4.385	13%
Redução -1%	3.427	(12%)

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o Capital social, totalmente subscrito e integralizado está dividido em 21.615.393 cotas de R\$ 1,00 cada uma.

A composição do capital social pode assim ser demonstrada:

Sócio	Quotas	Valor em reais
Racional Participações S.A.	21.615.392	21.615.392
Pessoas físicas - sócios administradores	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>21.615.393</u>	<u>21.615.393</u>

b. Dividendos

	2017	2016
Reunião de sócios em 28 de março de 2016	-	874
Reunião de sócios em 23 de agosto de 2016	-	99
Reunião de sócios em 22 de março de 2017	205	-
Reunião de sócios em 28 de abril de 2017	<u>30.000</u>	<u>-</u>
Dividendos sobre os lucros acumulados	<u>30.205</u>	<u>973</u>

A distribuição de dividendos foi realizada para os seguintes sócios:

Sócio	2017	2016
Racional Participações S.A.	30.000	-
Pessoas físicas - sócios administradores	<u>205</u>	<u>973</u>
Dividendos distribuídos e pagos	<u>30.205</u>	<u>973</u>

c. Lucros acumulados

A destinação do lucro líquido do exercício e do saldo acumulado é deliberada em reunião dos cotistas.

20 Receita operacional líquida

Receita de prestação de serviços	2017	2016
Contratos por empreitada e mistos	233.997	402.786
Contratos por administração	70.275	81.490
Contratos de pré-construção	<u>5.574</u>	<u>1.733</u>
	<u>309.846</u>	<u>486.009</u>
Deduções da receita bruta		
(-) Impostos sobre serviços	<u>(30.304)</u>	<u>(46.037)</u>
Total da receita operacional líquida	<u>279.542</u>	<u>439.972</u>

Em relação aos contratos por administração, a Administração considerou que os seguintes fatores indicam que a Empresa atua como um agente:

- A Empresa não detém o título e nem está exposto ao risco dos estoques referentes aos produtos fornecidos.
- Apesar de a Empresa receber o pagamento do cliente final, todo o risco de crédito é retido pelo fornecedor dos produtos.
- A Empresa não pode alterar os preços estabelecidos pelo fornecedor.

21 Custos e despesas por natureza

a. Custos dos serviços prestados

	2017	2016
Materiais e serviços	(152.069)	(245.880)
Pessoal (nota explicativa 21 c.)	(64.389)	(75.278)
Utilidades e serviços	(30.645)	(44.262)
Ocupação	(15.048)	(22.608)
	<u>(262.151)</u>	<u>(388.028)</u>

b. Despesas administrativas e comerciais

	2017	2016
Pessoal (nota explicativa 21 c.)	(27.800)	(29.238)
Despesas gerais	(9.249)	(10.314)
Ocupação	(2.627)	(2.706)
Reversão da provisão de contingências	(849)	2.102
Provisão de benefício pós emprego	(447)	(243)
Utilidades e serviços	(1.053)	(1.927)
Despesas tributárias	(122)	(188)
	<u>(42.147)</u>	<u>(42.514)</u>

c. Gastos com pessoal

	2017	2016
Salários	(45.632)	(51.051)
Férias	(4.777)	(6.164)
13º Salario	(3.811)	(4.361)
INSS	(5.078)	(5.221)
FGTS	(6.529)	(6.780)
Participação nos resultados	(2.017)	(5.898)
Alimentação - PAT	(3.966)	(5.194)
Demais gastos com pessoal	(20.379)	(19.847)
	<u>(92.189)</u>	<u>(104.516)</u>

Gastos com pessoal	2017	2016
Custo	(64.389)	(75.278)
Despesas administrativas	<u>(27.800)</u>	<u>(29.238)</u>
	<u>(92.189)</u>	<u>(104.516)</u>

22 Receitas financeiras líquidas

	2017	2016
Receita de aplicações financeiras	5.868	8.906
Juros ativos	<u>488</u>	<u>453</u>
Total de receitas financeiras	<u>6.356</u>	<u>9.359</u>
Descontos concedidos	(722)	(273)
Juros passivos	(37)	(456)
Despesas bancárias	<u>(410)</u>	<u>(695)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(1.169)</u>	<u>(1.424)</u>
Receitas financeiras líquidas	<u>5.187</u>	<u>7.935</u>

23 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, são calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com seus valores correspondentes na demonstração do resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Empresa apresentou as seguintes bases na apuração do IRPJ e da CSLL.

	2017	2016
(Prejuízo)/ lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(20.448)	15.562
Alíquota nominal - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>6.952</u>	<u>(5.291)</u>
Compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	-	1.817
Ajustes:		
Despesas indedutíveis	-	(257)
Outros	<u>108</u>	<u>24</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos(correntes) no resultado do exercício	<u>7.060</u>	<u>(3.707)</u>
Corrente	-	(4.216)
Diferido	<u>7.060</u>	<u>509</u>
Alíquota Efetiva	35%	24%

24 Transações com partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram pagos aos administradores da Empresa a título de remuneração R\$ 1.185 (R\$ 2.292 em 2016), apresentados como "Despesas de pessoal".

Adicionalmente, os administradores também são sócios quotistas da empresa, estando o pagamento de dividendos discriminados na Nota 19 b.

Não foi pago nenhum valor a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; nem (d) remuneração baseada em ações.

b. Operações

A Empresa aluga o prédio onde funciona a sua sede, de propriedade da Racicorp Comércio e Participações Ltda., tendo incorrido em despesas de aluguel no montante de R\$ 1.287 (R\$ 1.254 em 2016), registradas como "Despesas administrativas e comerciais".

c. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com quotistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico. Os saldos de contas correntes não preveem a incidência de encargos financeiros.

d. Outras transações com consórcios

Os valores a receber (ativo circulante) de Consórcio MCT e Consórcio Estádio, referem-se a resultados incorridos das operações do consórcio efetuadas pela empresa como consorciada das operações de consórcio. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses a realizar à Consórcio LRV, Consórcio CEDAE e Consórcio MCT, referentes às prestações de consórcios recebidas pela Empresa.

Os saldos das operações mantidas com partes relacionadas, substancialmente contratos de contas-correntes de partes relacionadas, são como segue:

Ativo

Circulante

	2017	2016
Conta corrente a receber de partes relacionadas		
Centeranel 3 Logística e Participações	-	91

25 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Empresa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Empresa tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.265	15.145
Aplicações financeiras	5	34.444	60.849
Contas a receber de clientes	6	21.307	54.693
Outros créditos	8	677	2.986
Conta Corrente a receber - partes relacionadas	24	-	91
		<u>58.693</u>	<u>133.764</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

Muitos clientes vêm operando com a Empresa por mais de 5 anos, e nenhuma perda foi reconhecida para esses clientes.

A Empresa exige garantias com relação às contas a receber e outros recebíveis, efetuando retenções contratuais e cauções.

A Administração julga que a Empresa não tem risco alto de liquidez, considerando a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Empresa.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Empresa em 31 de dezembro de 2017:

	Total	Até 1 ano	Superiores há 1 ano
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2.265	2.265	-
Aplicações financeiras	34.444	34.444	-
Contas a receber de clientes	21.307	20.926	381
Outros créditos	677	279	398
	<u>58.693</u>	<u>57.914</u>	<u>779</u>
Passivos			
Fornecedores, cauções e retenções	12.135	9.387	2.748
Outras contas a pagar	267	95	172
	<u>12.402</u>	<u>9.482</u>	<u>2.920</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Empresa, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Empresa está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações. Na data das informações contábeis intermediárias da Empresa, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor contábil	
	2017	2016
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	<u>34.444</u>	<u>60.849</u>
	<u>34.444</u>	<u>60.849</u>

A Empresa realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição Risco	Taxa de juros efetiva em 2017	Cenários				
			Prováveis	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	34.444 Variação CDI	9,88%	3.403	4.254	5.105	2.552	1.702
			<u>3.403</u>	<u>4.254</u>	<u>5.105</u>	<u>2.552</u>	<u>1.702</u>

Exposição patrimonial	Exposição Risco	Taxa de juros efetiva em 2016	Cenários				
			Prováveis	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	60.849 Variação CDI	14,00%	8.519	10.649	12.779	6.389	4.259
			<u>8.519</u>	<u>10.649</u>	<u>12.779</u>	<u>6.389</u>	<u>4.259</u>

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Empresa e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

A existência de sistemas de informação integrados e íntegros apoia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Empresa é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2017
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	2.265	-	2.265
Aplicações financeiras	5	34.444	-	-	34.444
Contas a receber de clientes	6	-	21.307	-	21.307
Outros créditos a receber	8	-	677	-	677
		<u>34.444</u>	<u>24.249</u>	<u>-</u>	<u>58.693</u>
Passivos					
Fornecedores	14	-	-	12.135	12.135
Outras contas a pagar		-	-	267	267
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.402</u>	<u>12.402</u>
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	15.145	-	15.145
Aplicações financeiras	5	60.849	-	-	60.849
Contas a receber de clientes	6	-	54.693	-	54.693
Outros créditos a receber	8	-	2.986	-	2.986
		<u>60.849</u>	<u>72.824</u>	<u>-</u>	<u>133.673</u>
Passivos					
Fornecedores	14	-	-	22.037	22.037
Outras contas a pagar		-	-	1.442	1.442
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.479</u>	<u>23.479</u>

a. Valor justo

a.1 Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

a.2 Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2017.

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis);

Apuração do valor justo

Nível 2 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Empresa não possuía nenhuma operação a ser classificada.

Anexo

Informação suplementar às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

Demonstração do valor total dos contratos de construção executados sob a responsabilidade da Empresa

	2017	2016
Contratos por empreitada e mistos		
Receita bruta reconhecida	233.997	402.786
Materiais e serviços fornecidos pelos clientes	<u>79.901</u>	<u>208.409</u>
Total das obras realizadas por empreitada e mistos	<u>313.898</u>	<u>611.195</u>
Contratos por administração e Pré-Construção		
Receita bruta reconhecida	75.849	83.223
Custo de construção arcado diretamente pelos clientes	<u>274.153</u>	<u>292.325</u>
Total das obras realizadas por administração	<u>350.002</u>	<u>375.548</u>
Valor contratual total da receita reconhecida	<u><u>663.900</u></u>	<u><u>986.743</u></u>

A apresentação dos dados é considerada relevante pela Empresa, visto que grande parte dos valores dos materiais e dos serviços tem sido contratados diretamente pelos proprietários das obras/clientes, não representando a receita reconhecida pela empresa todo o nível de atividade realizada. Por essa razão, a Empresa apresenta a demonstração do valor dos serviços executados como indicador do volume de atividade total das obras executadas sob a sua responsabilidade financeira, técnica e administrativa.

* * *

Newton Simões Filho
Diretor Presidente

Lucas Mendonça de Andrade
Contador - CRC BA-039022/O-8